

Cachoeira do Buracão/BA: avaliação da trilha conforme a NBR 15505

DOI: 10.2436/20.8070.01.187

Mariane Reis Vila Verde

Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS, Brasil.

E-mail: mariane.vila@gmail.com

Leonardo Silvério Gonçalves de Santana

Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS, Brasil.

E-mail: l_silverio@hotmail.com

Renato Barbosa Reis

Doutor em Biotecnologia, Saúde e Medicina Investigativa pela Fundação Oswaldo Cruz, Brasil.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, Brasil.

E-mail: georeis@gmail.com

Carolina de Andrade Spinola

Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona, Espanha.

Coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, Brasil

E-mail: carolina.spinola@unifacs.br

Resumo

As atividades que envolvem o turismo de natureza ganham cada vez mais destaque nos roteiros de viagem, porém, apresentam características distintas e riscos inerentes, tanto para o visitante quanto para o meio natural. A trilha da cachoeira do Buracão é o principal atrativo do Parque Natural Municipal do Espalhado, localizado em Ibicoara, região da Chapada Diamantina - Bahia, atraindo visitantes em todas as épocas do ano. O objetivo deste artigo é avaliar a sua trilha de acesso com base nas diretrizes da NBR 15505 da ABNT que determina parâmetros para classificação do nível de dificuldade dos percursos de caminhada sem pernoite. Utilizou-se da pesquisa documental, sobre normativas que regem o turismo com atividade de caminhada, entrevistas

semiestruturadas com envolvidos na gestão da atividade, e de pesquisa de campo, através da observação e coleta de informações pertinentes ocorridas durante o percurso guiado da trilha. Por fim, conclui-se que a trilha apresenta um nível de dificuldade baixo quanto aos fatores de severidade do meio, orientação do percurso, condições do terreno e esforço requerido para sua realização e que a administração e os guias que atuam no Parque se preocupam em promover uma experiência segura e confortável ao visitante a despeito de alguns aspectos pontuados por este artigo.

Palavras-chave: NBR 15505. Cachoeira do Buracão. Parque Natural Municipal do Espalhado.

1 INTRODUÇÃO

A caminhada por trilhas é uma das principais atividades características do turismo de natureza, sendo utilizada por mais de 60% dos visitantes das Unidades de Conservação (ICMBIO, 2018). Elas servem tanto como meio de acesso a atrativos, como podem, também, se constituir no principal objetivo da atividade, oferecendo a oportunidade de contato efetivo com a natureza ao longo de seu percurso (ANDRADE, 2005).

Definida como “um caminho ou estrada de passeio terrestre usado para caminhada ao ar livre, ciclismo ou outras atividades de locomoção” (COSTA, 2012, p.1461), as trilhas, quando bem construídas, podem contribuir sobremaneira para a minimização dos danos ambientais causados pela visitação e auxiliar na segurança do visitante.

No que se refere a este último aspecto, o constante aumento na quantidade de frequentadores dos espaços naturais, notadamente das unidades de conservação (ICMBIO, 2017; 2019), sinaliza para a necessidade de ampliação dos estudos sobre as condições oferecidas por estas instalações, principalmente quando se localizam em espaços administrados pelas instâncias municipais, que podem se ressentir da falta dos recursos humanos, financeiros e técnicos necessários para cumprir com os requisitos desejáveis.

O presente trabalho aborda a trilha da Cachoeira do Buracão, principal atrativo do Parque Natural Municipal do Espalhado (PNME), que se localiza na cidade de Ibicoara, na região turística da Chapada Diamantina, estado da Bahia. Considerada uma das cachoeiras mais bonitas do Brasil (VIAJEI BONITO, 2016; FÉRIAS BRASIL, 2020), a queda d'água foi descoberta em 1998, passou a ser área protegida em 2005, com a criação do Parque, e desde então atrai em cada ano um número maior de visitantes, se constituindo como uma das principais fontes de renda para o município (SOARES; SPINOLA; MOREIRA, 2019).

Visando contribuir para a manutenção deste importante patrimônio natural e para a administração do espaço, pretende-se avaliar a conformidade da trilha da Cachoeira do Buracão, tendo como diretriz os critérios exigidos na Norma NBR15505 - Turismo com Atividades de Caminhada, elaborada pela ABNT, em conjunto com o Comitê Nacional de Turismo e que busca estabelecer, em sua primeira parte, os requisitos do produto em termos de condições de segurança e, na segunda parte, classificar os percursos quanto às suas características e severidades (ABNT, 2008).

Em termos da organização das informações, ressalta-se que além desta introdução e das considerações finais, o artigo encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, descreve-se as diretrizes e exigências presentes na Norma NBR 15505, na segunda, apresenta-se o Parque Natural Municipal do Espalhado, a terceira seção traz os procedimentos metodológicos utilizados e por fim, na última parte, realiza-se a avaliação proposta para a trilha.

2 DIRETRIZES E EXIGÊNCIAS PRESENTES NA NORMA NBR 15505

Conforme estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que objetiva padronizar, organizar e qualificar a produção de documentos e procedimentos no país foi concebida em 2008 a NBR 15505 sob o título “Turismo com Atividades de Caminhada”, dividida em duas partes. A primeira compreende os requisitos para o produto e a segunda trata da classificação dos percursos.

A atividade turística, para ser desenvolvida de uma forma segura e responsável, necessita de uma série de normas e diretrizes. Desta forma, a Parte I da NBR 15505, busca em seu escopo estabelecer os requisitos para o turismo com atividades que não envolvam pernoite, relativos à segurança dos visitantes e condutores, aplicando-se somente às atividades de caminhada.

Conforme norma, as precauções com segurança no turismo com atividades de caminhada envolvem as informações dispostas aos visitantes, treinamentos dos prestadores de serviços, equipamentos e procedimentos, sempre visando contornar os possíveis riscos inerentes à atividade, aumentando a satisfação e a consciência de conservação. Inicialmente, definem-se alguns termos essenciais para o entendimento da norma, entre eles: risco - probabilidade da ocorrência de determinado evento e suas consequências; percurso - trajeto percorrido do início até o término da atividade; trilha - via geralmente não pavimentada e fechada para veículos; acidente - evento não planejado que resulta em morte, doença, lesão, dano ou perda; e incidente - evento causador ou potencializador de acidentes (ABNT, 2008).

Dentre os requisitos gerais trazidos pela norma para os produtos turísticos, tem-se que os responsáveis devem garantir a segurança de todos envolvidos; assegurar a qualificação e atualização dos condutores; coletar e registrar informações; disponibilizar os recursos e equipamentos necessários para a realização da atividade e respeitar as características de uso, a quantidade de pessoas por grupo e a capacidade de carga do atrativo, se houver.

Quanto à atenção a limitação pessoal de cada visitante, para atividades de caminhada, estipula-se a idade mínima de doze anos. Caso o percurso permita menores de doze anos ou portadores de necessidades especiais, e também para os casos de trilhas noturnas, se faz necessário um planejamento mais detalhado, além de profissionais e equipamentos específicos.

Sobre a equipe de guias, há exigência de atendimento aos requisitos definidos na NBR 15285 - Turismo de Aventura, na seção de competência de pessoal, a qual define aptidões para todos os condutores de atividades de turismo. Os responsáveis pela operação do atrativo devem garantir a quantidade mínima de 1 condutor para cada grupo de 10 visitantes, já para grupos de até 20 pessoas, máximo estipulado, define a necessidade de 2 condutores. Em cada grupo é indicado também o acompanhamento de um auxiliar capacitado para instruir os visitantes, garantir o ritmo e coesão do grupo, operar os equipamentos e apoiar em situações de emergência.

Sobre os visitantes, define a necessidade da coleta e cadastro de dados pessoais que ajudem no posterior controle, estatísticas e avaliações das experiências dos clientes. Destaca-se também, a obrigatoriedade do conhecimento sobre o perfil e a condições de saúde do visitante, informações sobre doenças ou problemas que possam interferir na realização da caminhada, uma vez que, recomenda-se que toda a atividade física seja realizada após uma avaliação médica.

A norma alerta também para as disponibilidades e quantidades de equipamentos de proteção coletivos e individuais. Define a exigência, quando necessária, dos

equipamentos de orientação e localização, estojo de primeiros-socorros, veículo de apoio, meios de comunicação, além da recomendação do porte ou uso de: calçados e roupas apropriados para caminhada, recipiente para água, mochila, apito, canivete, cordas, lanterna, relógio, itens que auxiliem na proteção, mobilidade e conforto de todos os envolvidos.

Quanto à preparação e instrução dos visitantes, fica estabelecida na norma a exigência de fornecer e ratificar as informações pertinentes, antes do início do percurso, destacando todas as características das atividades e os riscos inerentes: com avisos sobre a identificação dos condutores, suas funções, contratos e seguros, alertas sobre o tempo de duração, horários de descanso, pontos de apoio e equipamentos, precauções com a alimentação, hidratação, vestuário, exposição ao sol, à chuva e insetos, além da preocupação com a conservação e proteção do ambiente natural.

A experiência prática com o percurso não exige os responsáveis e guias do constante treinamento e atualização. Razões ambientais, condições climáticas, limitações pessoais, ausência de equipamentos, são exemplos de imprevistos que podem interferir na realização da atividade de forma segura. É necessário catalogar todos os obstáculos do percurso e prever os possíveis acidentes, a fim de elaborar um plano de ações de emergência, o qual deve ser de conhecimento da equipe e previamente informado a todos os visitantes.

A norma estabelece que deva ser efetuado um inventário de perigos e riscos a ser revisado anualmente, prevendo ocorrências críticas, tais como:

- a) aumento repentino do volume d'água;
- b) queda de pedras, galhos ou outros objetos durante o percurso;
- c) afogamento;
- d) hipotermia ou hipertermia;
- e) quedas;
- f) perda de equipamentos ou outros suprimentos;
- g) um cliente se perder do grupo;
- h) acidente com o condutor ou auxiliar;
- i) contaminação;
- j) acidentes com animais peçonhentos;
- k) indisposição do cliente;
- l) o cliente desistir da atividade por motivo psicológico;
- m) desestabilização dos pisos de caminhamento;
- n) o cliente sentir labirintite, vertigem ou medo de altura;
- o) incidentes devidos a mudanças climáticas (ABNT NBR 15505, 2008, p.10).

Quanto ao atendimento de emergência, define que “devem ser estabelecidos e mantidos planos e procedimentos para identificar o potencial e atender a incidentes, inclusive acidentes e emergências” (NBR15505-1, 2008, p.17), com o intuito prevenir e reduzir as situações de risco. Deve haver planejamento para possíveis evacuações de pessoas em situação de risco, busca de perdidos e prestação de primeiros-socorros.

Aos visitantes, deve ser comunicado também: os impactos ambientais e socioculturais ocasionados pela atividade turística, às ações e medidas de minimização, mitigação e compensação de danos. Após a conclusão formal do percurso, a norma prevê a existência de documentos de registro dos acidentes ocorridos, além do levantamento do grau de satisfação dos visitantes, suas avaliações e reclamações.

A Parte II da NBR15505 - Turismo com Atividades de Caminhada, “estabelece os critérios referentes à classificação de percursos utilizados em caminhadas sem pernoite quanto às suas características e severidade” (NBR15505-2, 2008, p.7). Para o seu entendimento, traz os conceitos complementares de trilha de passagem individual, por onde só é possível passar uma pessoa ou bicicleta por vez; variação altimétrica, como a alteração da altitude entre pontos do percurso; e o índice de esforço para caminhada em percursos de turismo, como uma estimativa do esforço empenhado para realizar o percurso.

A classificação da atividade pode ser realizada pelos proprietários, responsáveis, operadoras de turismo, órgãos reguladores, entre outros. A avaliação, que deverá ser constantemente revisada e atualizada, tem a finalidade de aclarar ao visitante as informações primordiais, auxiliando-o nos preparativos e na decisão de realizar o percurso. Considerando o visitante como um adulto, não esportista e com bagagem leve, a classificação é composta por quatro critérios:

- a) severidade do meio: refere-se aos perigos e outras dificuldades decorrentes do meio natural, como temperatura, pluviosidade, riscos de quedas, facilidade de resgate, entre outros, que podem ser encontrados ao longo do percurso;
- b) orientação no percurso: refere-se ao grau de dificuldade para orientação, como presença de sinalização, trilhas bem marcadas, presença de pontos de referência, entre outros, para completar o percurso;
- c) condições do terreno: refere-se aos aspectos encontrados no percurso em relação ao piso e às condições para percorrê-lo, como tipos de pisos, trechos com obstáculos, trechos com pedras soltas, entre outros;
- d) intensidade de esforço físico: refere-se à quantidade de esforço físico requerido para cumprir o percurso, levando em conta extensão e desníveis (subidas e descidas), considerando um cliente comum (ABNT NBR 15505, 2008, p.9).

No procedimento de classificação, o percurso é dividido em trechos, todos os trechos são avaliados conforme os quatro critérios, e para cada critério é atribuído um valor em uma escala de 1 a 5. A norma estabelece tabelas e quadros com as escalas aplicáveis na classificação do percurso, de acordo com os critérios e a atividade específica de caminhada.

Quanto à severidade do meio, cada trecho do percurso deve ser avaliado considerando-se uma lista com vinte fatores, e desta forma é possível classificá-los conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Classificação segundo a severidade do meio

Valor	Classificação	Número de fatores
1	Pouco severo	Até 3
2	Moderadamente severo	4 ou 5
3	Severo	6 a 8
4	Bastante severo	9 a 12
5	Muito severo	Pelo menos 13

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008.

Para o critério da orientação no percurso, cada trecho deve ser avaliado quanto a facilidade de percorrê-lo e a classificação atribuirá valores, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Classificação segundo a orientação no percurso

Valor	Classificação	Condições de orientação no percurso
1	Caminhos e cruzamentos bem definidos	Caminhos principais bem delimitados ou sinalizados, com cruzamentos claros com indicação explícita ou implícita. Manter-se sobre o caminho não exige esforço de identificação do traçado. Eventualmente, pode ser necessário acompanhar uma linha marcada por um acidente geográfico inconfundível (por exemplo, uma praia ou uma margem de um lago).
2	Caminho ou sinalização que indica a continuidade	Existe um traçado claro do caminho sobre o terreno ou sinalização para a continuidade do percurso. Requer atenção para a continuidade e o cruzamento de outros traçados, mas sem necessidade de uma interpretação precisa dos acidentes geográficos. Esta condição se aplica à maioria dos caminhos sinalizados que utilizam, em um mesmo percurso, distintos tipos de caminhos com numerosos cruzamentos como, por exemplo, trilhos de veículos automotores, trilhas para pedestres, caminhos para montaria, campos assinalados por marcos (bem localizados e bem mantidos).
3	Exige a identificação de acidentes geográficos e de pontos cardeais	Ainda que o itinerário se desenvolva por traçado sobre trilhas, percursos marcados por acidentes geográficos (rios, fundos de vales, costas, cristas, costões de pedras, entre outros) ou marcas de passagem de outras pessoas, a escolha do itinerário adequado depende do reconhecimento dos acidentes geográficos e dos pontos cardeais.
4	Exige habilidades de navegação fora do traçado	Não existe traçado sobre o terreno, nem segurança de contar com pontos de referência no horizonte. O itinerário depende da compreensão do terreno e do traçado de rumos.
5	Exige navegação para utilizar trajetos alternativos e não conhecidos previamente	O itinerário depende da compreensão do terreno e do traçado de rotas, além de exigir capacidade de navegação para completar o percurso. Os rumos do itinerário podem ser interrompidos inesperadamente por obstáculos que necessitem ser contornados.

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008.

Quanto às condições do terreno, a classificação para tal critério deve atentar para as condições, obstáculos e dificuldades em percorrer cada um dos trechos, conforme listado no Quadro 3:

Quadro 3 - Classificação segundo as condições do terreno

Valor	Classificação	Condições do terreno
1	Percurso em superfícies planas	Estradas e pistas para veículos, independentemente da sua inclinação. Caminhos com degraus com piso plano e regular. Praias (de areia ou de cascalho) com piso nivelado e firme.
2	Percurso por caminhos sem obstáculos	Caminhos por diversos terrenos firmes, mas que mantenham a regularidade do piso, trilhas bem marcadas que não apresentem grandes inclinações nem obstáculos que requeiram grande esforço físico para serem ultrapassados. Percursos através de terrenos uniformes como campos e pastagens não muito inclinados.
3	Percurso por trilhas	Percurso por trilhas com obstáculos ou degraus irregulares, de

	escalonadas ou terrenos irregulares	tamanho, altura e inclinação diferentes. Percurso fora de trilhas e por terrenos irregulares. Travessias de áreas pedregosas ou com afloramentos rochosos (lajes de pedras). Trechos de pedras soltas, pedreiras instáveis, raízes muito expostas, areões ou grandes erosões.
4	Percurso com obstáculos	Caminhos com obstáculos que podem exigir saltos ou a utilização das mãos até I Sup. (graduação UIAA para escalada ou progressão vertical).
5	Percurso que requer técnicas verticais	Trechos que exigem técnicas de escalada do grau II até III Sup. (graduação UIAA para escalada ou progressão vertical). Exige a utilização de equipamentos e técnicas específicas.

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008.

Quanto ao critério da intensidade de esforço físico, cada trecho do percurso deve ser avaliado em relação à estimativa do esforço necessário, considerando o tempo gasto, as distâncias e os desníveis. O índice é calculado conforme equação específica, e serve como forma de comparativos entre percursos e para padronização das atividades de turismo de caminhada, a classificação para este critério é definida conforme Quadro 4:

Quadro 4- Classificação segundo o índice de esforço para caminhada em percursos de turismo





Valor	Classificação	Estimativa de duração, em horas, da atividade de caminhada
1	Pouco esforço	Até 1h
2	Esforço moderado	Mais de 1h e até 3h
3	Esforço significativo	Mais de 3h e até 6h
4	Esforço intenso	Mais de 6h e até 10h
5	Esforço extraordinário	Mais de 10h

NOTA: A medida de tempo é expressa pelo índice de esforço para caminhada em percursos de turismo e não traduz necessariamente o tempo cronológico de duração de uma atividade.

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008. (Dados organizados pelo autor).

Por fim, conforme tabela de referência de classificação de percursos, a norma recomenda a elaboração de um quadro indicativo contendo a classificação do percurso total. Este aviso, que deve estar acessível a todos os visitantes logo no início do percurso, tem a finalidade de expressar o nível de exigências técnicas e físicas, obedecendo aos quatro critérios, auxiliando o visitante na realização da caminhada. A imagem abaixo, Figura 01, exemplifica o modelo de comunicação de classificação de percurso que deve ser adotado.

Figura 01 - Exemplo de comunicação de classificação de percurso

Classificação de percurso (espaço para nome do percurso)		(Espaço para identificação ou logomarca do local)		
Atividade:				
Trajeto:				
Desníveis de subidas:			Símbolo Condições específicas (se aplicável)	
Desníveis de descidas:				
Distância do percurso:				
Tempo médio de percurso:				
				Condições específicas

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008

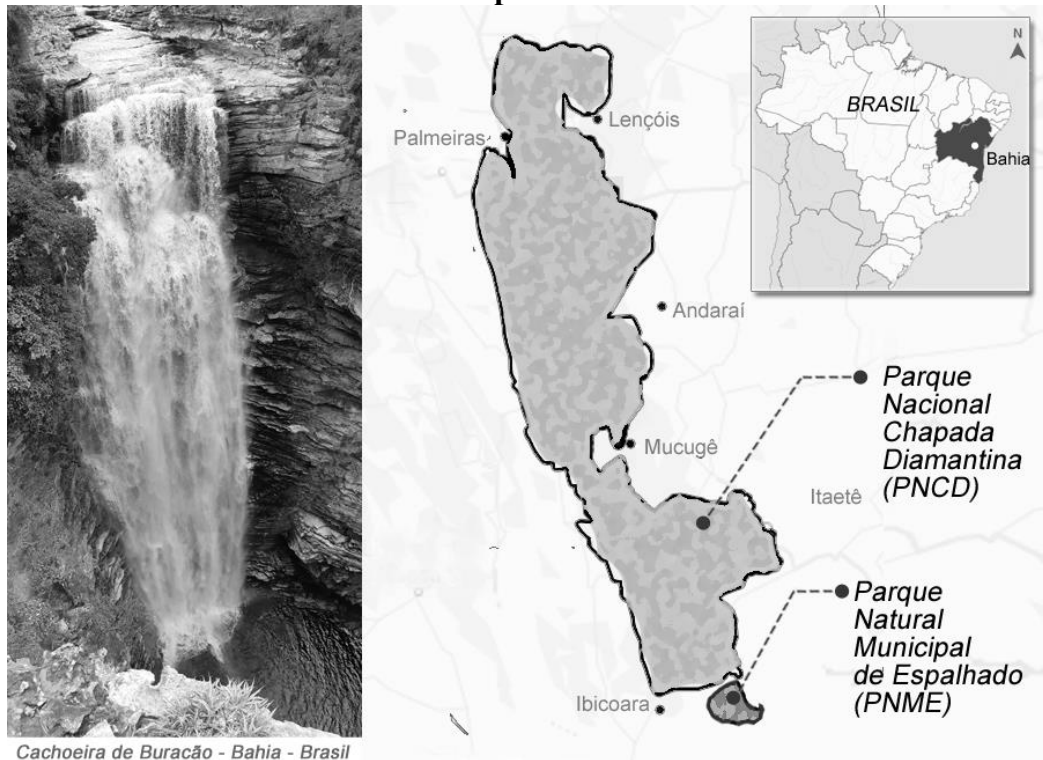
3 PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO ESPALHADO

A cidade de Ibicoara situa-se na região centro-sul do estado da Bahia, no nordeste brasileiro, e integra a Chapada Diamantina. A localidade surgiu como rota de tropeiros, inicialmente denominada de Vila São Bento, em 1941 tornou-se distrito e teve o nome alterado para Ibicoara, já em meados de 1962 foi emancipado e desmembrado do município de Mucugê (GUIA JOÃO, 2019). Conforme dados estatísticos, o município possuía, de acordo com censo demográfico de 2010, uma população de 17.282 pessoas e densidade demográfica de 20,34 hab/km² (IBGE, 2019).

Historicamente, a agricultura familiar sempre sustentou a base da atividade econômica do município, e no período recente, a produção de café vem perdendo espaço para a produção de hortifrutigranjeiros. Diante dos alertas sobre os variados benefícios, torna-se cada vez mais comum as fazendas de cultura de produção orgânica, incentivadas pelos novos padrões de consumo (GUSMÃO, 2009). Com a descoberta das trilhas e cachoeiras na década de 90, houve a ascensão do turismo ecológico, colocando o município nos roteiros dos viajantes com destino à Chapada. Concomitantemente, desenvolveu-se a rede hoteleira e as primeiras associações de guias e agências de turismo. O aumento considerável de visitantes passa a refletir diretamente nos investimentos em infraestrutura, comércios, serviços, emprego, renda e qualificação de mão de obra.

A cachoeira do Buracão foi descoberta em 1998 por caçadores e estava inserida em uma única propriedade privada. A notória potencialidade e importância da descoberta despertou a iniciativa popular, que por meio de abaixo assinado, batalha judicial e da luta dos moradores conseguiu a desapropriação do terreno para a criação do Parque Natural Municipal do Espalhado, através do decreto municipal nº015/2005. O parque faz limite com o Parque Nacional da Chapada Diamantina, em sua porção Sul, conforme Figura 02, possuindo uma área de 611ha e apesar de ter a sua situação fundiária regularizada, sua administração ainda busca recursos para elaboração do seu plano de manejo (SOARES; SPINOLA; MOREIRA, 2019).

Figura 02 - Identificação da localização do Parque Natural Municipal do Espalhado



Cachoeira de Buracão - Bahia - Brasil

Fonte: Adaptada do Google Maps, 2019. (Elaborado pelo autor).

Conforme levantamento da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do município, estima-se que nos anos iniciais a visitação anual aproximada era de mil pessoas, e atualmente o parque recebe cerca de 25 mil visitantes por ano, sendo a cachoeira do Buracão, com os seus 85 metros de altura, o destino mais procurado por aqueles que visitam a cidade.

Situado a aproximadamente 30 quilômetros de distância da sede do município, o Parque do Espalhado reconfigurou o cenário da cidade e a necessidade de estruturas, informações e equipamentos para acolher os turistas, fomentaram a elaboração de novas políticas, diretrizes e ações sociais. A obrigatoriedade do cumprimento das normas de segurança e do acompanhamento de um guia refletiu no surgimento de associações de condutores em Ibicoara. Os guias, devidamente capacitados, treinados e registrados também atuam na brigada voluntária de combate a incêndio e primeiros socorros.

4 NOTAS METODOLÓGICAS

Tendo como temática o turismo no Parque Natural Municipal do Espalhado, sob o aspecto da adequação e segurança, o objetivo geral da pesquisa debruça-se a identificar os principais pontos e conformidades da trilha com base nos preceitos da NBR15505. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através de dados primários e secundários, onde se buscou comparar a teoria com a experiência prática.

A primeira etapa metodológica desta pesquisa adotou o levantamento documental e bibliográfico, sendo executado com o intuito de coletar informações sobre a cidade, o parque e as normativas vigentes. Na segunda etapa, foram elaboradas

entrevistas semiestruturadas realizadas com a Subsecretária de Meio Ambiente e Turismo do município, com dois dos guias mais experientes no percurso, dentre eles, o guia mais antigo, responsável pela abertura da trilha e fundador da Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB). Por fim, ocorreu à avaliação através da observação direta, feita no percurso da trilha, desta forma foi possível vivenciar a experiência dos visitantes.

A visitação ao parque ocorreu em dois períodos, agosto de 2019 e fevereiro de 2020, sendo possível avaliá-la em diferentes estações do ano e condições climáticas, possibilitando perceber a variedade de perfil dos frequentadores, as suas limitações e dificuldades, além de fotografar todo o trajeto e coletar, com aparelho portátil de GPS, as coordenadas geográficas necessárias para elaboração do mapa da trilha, através do software *Quantum Gis3*.

5. RESULTADOS

Partindo do centro da cidade de Ibicoara, o visitante que deseja realizar a trilha percorre cerca de 23 quilômetros de estrada de terra, chegando ao primeiro posto de apoio. Neste local, o visitante tem o primeiro contato com algumas orientações gerais e também realiza o pagamento da taxa de manutenção de seis reais, valor vigente no ano de 2019/2020. As placas informativas pregam o respeito ao meio ambiente, sinalizam o horário de funcionamento e destacam os comportamentos que são proibidos, além da obrigatoriedade do acompanhamento de um guia credenciado e de saída do parque até às 17h, conforme Figura 03.

Figura 03 – Placas de sinalização do PNME



Fonte: Acervo pessoal, agosto de 2019

Após transpor este posto de apoio, uma guarita e o portão de acesso, percorre-se de automóvel um trecho aproximado de mais sete quilômetros até o ponto inicial da trilha, onde existe uma segunda estrutura de apoio, maior e mais equipada, com estacionamento e banheiros. Antes de iniciar a atividade, o guia realiza uma reunião com o seu grupo de visitantes, para assim esclarecer todas as orientações. Ressalta-se que existe apenas um percurso e o ponto de entrada é o mesmo ponto de saída da trilha.

Através das entrevistas com a Subsecretária do Meio Ambiente e Turismo do município, com os guias locais, com as visitas e as práticas do percurso, foram levantados os pontos pertinentes quanto à conformidade desta atividade turística com a NBR 15505 apontando os principais pontos em desconformidade, os problemas e as sugestões de adequações futuras, conforme Quadro 5:

Quadro 5 - Principais desconformidades encontradas na trilha

Ausência de cadastro prévio ou coleta de informações dos visitantes.	
<i>Problemática</i>	<i>Sugestão</i>
Atualmente, basta adquirir o ingresso na portaria de acesso ao parque para adentrar a trilha, desde que esteja acompanhado de um guia credenciado. Pondera-se que a falta do cadastro de informações dificulta o controle de acesso, a realização de um diagnóstico quanto ao seu perfil, a eventual notificação aos familiares em caso de acidentes e inviabiliza a realização de pesquisas de satisfação e demais estudos.	A coleta de informações acerca dos perfis, contatos e restrições médicas dos visitantes auxiliará na adoção das estratégias de divulgação e adequação do atrativo, além de mensurar os impactos qualitativos da visita, tanto para o parque quanto para o município - vale ressaltar que está em fase de implementação um sistema de cadastro, válido somente na compra do voucher eletrônico.
Ausência de descritivos para os visitantes acerca da quantidade e das formas de uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletivo (EPC).	
<i>Problemática</i>	<i>Sugestão</i>
Todos os guias devem dispor de equipamentos de proteção, comunicação e kit de primeiros-socorros; Coletes salva-vidas e de uso obrigatório são disponibilizados no trecho final do percurso, sob a supervisão dos guias, antes do visitante adentrar ao rio.	Fixação de informativos acerca dos equipamentos de segurança disponíveis e as suas formas de uso, assim como, a comunicação prévia sobre a necessidade do uso de coletes salva-vidas e das dificuldades encontradas no trecho de flutuação, ajudará o visitante em caso de acidentes ou imprevistos.
Ausência de informativos específicos quanto a: classificação da trilha, riscos inerentes, dificuldades dos trechos, procedimentos do plano de emergência, registro de acidentes, contatos dos gestores, contato das equipes de socorro.	
<i>Problemática</i>	<i>Sugestão</i>
O procedimento de preparação dos visitantes é realizado por meio de um <i>briefing</i> , uma comunicação oral salientando as normas básicas de segurança, o descarte irregular do lixo, o esclarecimento das dúvidas levantadas, a proibição de alimentar os animais e a atenção aos insetos e animais peçonhentos.	Os comunicados primordiais acerca da trilha deverão estar fixados para visualização de todos os visitantes, elaborados com linguagem clara e didática, de forma a auxiliá-los na decisão de realizar ou não a atividade.
Inexistência de placas de sinalização ao longo da trilha.	
<i>Problemática</i>	<i>Sugestão</i>
A ausência reforça a obrigatoriedade do guia, requer uma maior atenção com os grupos e impossibilita a realização da trilha durante a noite ou de forma autoguiada. Considerando que o percurso apresenta obstáculos físicos - terreno irregular, escadas de madeira, pontes improvisadas, ausência de guarda corpo, flutuação contra a correnteza, temperatura da água do rio, trechos íngremes e escorregadios - as condições físicas ou restrições pessoais podem se torna impedimentos para conclusão do percurso.	A fixação de placas no percurso sinalizando os obstáculos auxiliará o trabalho dos guias e ajudará na conscientização para redução de acidentes e preservação do ecossistema do parque.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A trilha de acesso à cachoeira segue as margens do Rio Espalhado, rio que nomeia o parque, e o percurso de ida possui três quilômetros, sendo obrigatório o retorno pelo mesmo caminho. Há variação de elevação de 55 metros, conforme apontado pelo equipamento de *GPS*, comparando o ponto de caminhada mais elevado ao mais baixo. O trajeto é considerado entre fácil e moderado, podendo ser realizado entre 45 a 90 minutos, e no percurso o visitante encontra outras três cachoeiras: Buracãozinho, Orquídeas e Recanto Verde, pontos para banho, mirante e locais para realização das práticas esportivas de rapel e canionismo.

A Figura 04 representa o trajeto percorrido, conforme *GPS*, e a percepção da dificuldade encontrada.

Figura 04 - Percepção da dificuldade do percurso da trilha da Cachoeira do Buracão



Nível de dificuldade: ● Fácil ● Medio ● Difícil

0 50 100 150

Fonte: Adaptada do Google Maps, 2019. (Elaborado pelo autor).

O início do percurso pode ser avaliado como fácil e sem barreiras, a exemplo da ponte de madeira sobre o riacho (imagem a) e de caminhos estreitos (imagem b). Quando se aproxima dos trechos finais surgem os empecilhos naturais e os grandes desníveis, aumentando a dificuldade e requerendo uma maior atenção, a exemplo das escadas improvisadas de pedra (imagem c) ou madeira (imagem d). Para acessar a paisagem ícone da Cachoeira do buracão, a base da queda d'água, é necessário concluir todo o percurso, para então, flutuar pelo rio com a ajuda de coletes salva-vidas (imagem e), atravessando o cânion rochoso (imagem f), conforme Figura 02.

Desta forma, ao se ponderar os quatro aspectos norteadores da NBR 15505: severidade do meio; orientação no percurso; condições do terreno e intensidade de esforço físico, conclui-se que a trilha apresenta um nível de dificuldade baixo, contudo, ratifica-se a atenção as restrições pessoais de cada visitante e as condições climáticas. Mesmo diante das limitações, a administração municipal e os guias que atuam no parque se empenham na promoção de uma experiência segura e confortável aos visitantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os guias consideram a caminhada da trilha da Cachoeira do Buracão como fácil à moderada, embora não esclareçam os critérios de avaliação. As ocorrências de acidentes e incidentes mais frequentes envolvem animais peçonhentos, tropeços, quedas, torções, luxações, já as fraturas mais graves são eventos raros. Os índices de acidentes são considerados baixos, quando comparados às demais trilhas e atrativos da região. Ratifica-se que, atualmente, não há o cadastro e controle de visitantes, o comunicado de classificação de percurso, o plano de emergência e registro de acidentes, itens primordiais exigidos na NBR 15505, como também, não existe procedimentos formais de avaliação da satisfação do visitante após o término da atividade.

Os representantes municipais de Ibicoara afirmam realizar um constante monitoramento das condições climáticas, do volume dos rios, da capacitação dos guias, da fiscalização das queimadas, a preocupação em alertar para os cuidados com o lixo, o contato com os animais, a atenção redobrada com as crianças e idosos. Na alta temporada aumenta-se também o efetivo e a vigilância, bombeiros, enfermeiros técnicos e equipe de apoio são contratados nos meses de maior visitação. De modo geral, percebe-se que os responsáveis pelo parque e os guias preocupam-se em promover uma experiência segura e confortável, mesmo diante dos obstáculos naturais da paisagem e a limitação de recursos.

Constata-se que, o nível de esforço físico requerido para realizar o percurso e os obstáculos naturais existentes não foram devidamente sinalizados e avisados. A análise de risco e a classificação do percurso são uma importante ferramenta no plano de manejo para prevenção de eventuais ocorrências. As adequações e conformidades com a norma NBR15505 - Turismo com Atividades de Caminhada visam promover uma maior segurança, padronizar e alavancar as atividades turísticas no país.

Inquestionavelmente, o Parque Natural Municipal do Espalhado (PNME) se destaca pelas suas belezas naturais, pela luta da comunidade local em prol do seu reconhecimento e pela contribuição na reconfiguração do cenário econômico do município de Ibicoara, na Bahia. Os descumprimentos encontrados na trilha da Cachoeira do Buracão podem ser facilmente contornados, mediante ajustes de procedimentos, comunicação e sinalização. Contudo, tais lacunas acentuam os riscos inerentes à atividade, uma vez que, a inexistência de informações prévias aos visitantes interfere tanto na decisão de realizar a trilha, quanto nos seus preparativos e nas ações em casos de possíveis acidentes.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 15505-1. **Turismo com atividades de caminhada** - Parte I: Requisitos para produto, 2008.

ABNT NBR 15505-2. **Turismo com atividades de caminhada** - Parte II: Classificação de percursos, 2008.

ABNT NBR 15285. **Turismo de aventura** - Condutores: Competência de pessoal, 2005.

ABNT NBR 15286. **Turismo de aventura** - Informações mínimas preliminares a clientes, 2005.

ANDRADE, W. J. Implantação e Manejo de Trilhas. In: MITRAUD, S.W. (Org.) **Anual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2004, p. 247-259.

BRASIL. Decreto nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo**. Brasília: Senado, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm>. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. **Turismo de Natureza é tendência entre os destinos para 2018**. Ministério do Turismo, 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/8315-turismo-de-natureza-%C3%A9-tend%C3%Aancia-entre-os-destinos-de-viagens-para-2018.html>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COSTA, B.C. Análise de trilha e sugestão de boas práticas. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. v.7, n.7, pp. 1461-1478.

FÉRIAS BRASIL. **Cachoeira do Buracão**. 2020. Disponível em: <<https://www.feriasbrasil.com.br/ba/chapadadiamantina/cachoeiradoburacao.cfm>>. Acesso em: 5 out. 2020.

GUIA JOÃO. **História de Ibicoara**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibicoara-chapada-diamantina.com/historia-de-ibicoara-historico-de-ibicoara-historia-do-municipio-de-ibicoara-chapada-diamantina-bahia>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

GUSMÃO, M. V. A. **Café convencional x café orgânico: análise comparativa de sistemas de produção familiar**, Ibicoara-BA. 2009. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9743/1/MARCUS%20VINICIUS%20ABREU%20GUSM%c3%83O.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama da cidade de Ibicoara**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ibicoara/panorama>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Parques do Brasil: visitar é proteger!** Estratégias de implementação da visitação em unidades de conservação federais: prioridades de execução 2018-2020. Coordenação Geral de Uso Público e Negócios – CGEUP/ICMBio, 2017.

_____. **Plano de manejo para o Parque Nacional da Chapada Diamantina.** Versão preliminar, parte I. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

_____. **Parque Nacional da Chapada Diamantina.** 2019. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/9396-parque-nacional-da-chapada-da-diamantina>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SOARES, A.G.L.; SPINOLA, C.A.; MOREIRA, I.T.A. A contribuição dos municípios para a conservação da biodiversidade: a experiência do Parque Natural Municipal do Espalhado - Ibicoara (BA). In: XVI SEMANA DE ANALISE REGIONAL E URBANA – SARU, 2019, Salvador, BA. **Anais eletrônicos**, UNIFACS, Salvador, 2019. p. 813-829. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1ydJ0xP8SQoRr0xxQd2PzAaoI4r4ptxJh/view?usp=sharing>>. Acesso em: 5 out. 2020.

VIAJEI BONITO. **10 cachoeiras incríveis para conhecer no Brasil.** 2016. Disponível em: <<https://viajeibonito.com.br/10-cachoeiras-incriveis-para-conhecer-no-brasil/>>. Acesso em: 5 out. 2020.

Buracão Waterfall/BA: track evaluation according to NBR 15505

Abstract

Activities that involve nature tourism are increasingly highlighted in travel itineraries, however, have distinct characteristics and inherent risks, both for the visitor and for the natural environment. The Buracão Waterfall trail is the main attraction of the Espalhado Municipal Natural Park, located in Ibicoara, Chapada Diamantina - Bahia /BR, attracting visitors at all times of the year. The purpose of this article is to evaluate the trail based on NBR 15505 guidelines of ABNT which determines parameters for classifying the level of difficulty of walking routes without overnight stay. It used documentary research, on norms that govern tourism with walking activity, semi-structured interviews with agents involved in the activity management and field research, through observation and collection of pertinent information occurred during the guided trail. Finally, it is concluded that the trail has a low level of difficulty regarding the factors of severity of the environment, route orientation, terrain conditions and effort required for its realization and that the administration and guides who work in the Park are concerned with promote a safe and comfortable experience for visitors despite some aspects highlighted by this article.

Keywords: NBR 15505. Buracão Waterfall. Espalhado Municipal Natural Park.

Artigo recebido em 18/08/2019. Artigo aceito em 29/09/2020.